

Discurso pronunciado pelo Deputado NILTON CAPIXABA (PTB/RO), na sessão plenária do dia 17 de agosto de 2005.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados,

No dia 12 de agosto, se vivo estivesse, o Capitão Sílvio Gonçalves Farias teria completando 82 anos. A tarefa a que me proponho é a de resgatar a figura humana de um dos mais importantes técnicos do INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, na formulação, execução e defesa, da dura tarefa que foi um dos postulados da geopolítica dos governos militares: “**Integrar para Não Entregar**”, ou de promover a ocupação dos vazios demográficos da Amazônia.

Sílvio Gonçalves Farias, nasceu em 12 de agosto de 1923, na cidade de Ubá, Minas Gerais. Cedo se iniciou na vida de trabalhar e estudar, voltando-se para o campo da topografia, do desenho e elaboração de mapas cartográficos. Iniciou-se profissionalmente nos Serviços Geográficos do Exército, trabalhando na delimitação de nossas fronteiras, estendidas por toda a Região Norte. Algum tempo depois ingressou nos serviços da COMARA, implantando campos de pouso por todo o espaço Amazônico. Trabalhou tanto na delimitação e implantação, dos hoje importantes aeroportos comerciais, como também em aeroportos de pequeno porte, que possibilitavam o transporte e comunicação, entre áreas isoladas.

Um bom exemplo disso, são as pistas de pouso que implantou nos projetos de Colonização do INCRA, em Rondônia.

Ingressou no INCRA em 1968, tendo trabalhado na equipe constituída por **Jorge Pankov**, Delegado do Distrito de Terras, DFZ-04, unidade do IBRA, depois INCRA em Rondônia; pelo agrônomo **Assis Canuto**, responsável pelos assentamentos nos Projetos Integrados de Colonização, pelo professor **Enos Eduardo Lins**, uma espécie de secretário executivo, competente cultivador da língua portuguesa (... a última flôr do Lácio inculta e bela), responsável pela parte burocrática da unidade, e com uma equipe de topografia da qual destacamos os nomes de **Luiz Melo e Isaias Pereira Guimarães**.

O papel do Capitão Sílvio Gonçalves Farias, merece ser destacado não somente por suas atividades meramente ligadas à topografia, mas também por ter penetrado em outros importantes campos do conhecimento. Na pura questão topográfica, muitos estudiosos, e alguns pouco informados da atividade, criticam a concepção do chamado “**quadrado burro**” da malha de estradas de penetração e coletores, que terminaram por dar aos loteamentos dos assentamentos, a configuração de lotes regulares, figuras retangulares.

A malha cartográfica criada, ou como querem muitos, o “**quadrado burro**”, tem a sua justificativa técnica decorrente da quase impenetrável cobertura vegetal do terreno, com uma manta de portentosas árvores de 30 e até 50 metros de altura. A inexistência de uma cobertura fotográfica em uma escala conveniente, digamos de 1:25.000 mas apenas as disponíveis na escala de 1:100.000. Somado a isso, os ainda precários instrumentos de topografia, a qualidade da equipe - que foram treinados no trabalho, ou seja, aprenderam fazendo.

A velocidade da chegada de migrantes, que nos anos de 1968 e 1969, faziam parte de uma migração espontânea, era muito grande. Procuravam terras na empresa de colonização particular, “CALAMA”, sediada em Vila de Rondônia, hoje Ji-Paraná. A partir de 1969/70, a migração passou a ser controlada pelo IBRA/INCRA, mas era muito veloz, com um fluxo anual que em 1975 beirava as 4.000 famílias. No Projeto Ouro Preto, pretendia o INCRA assentar 1.000 famílias nos três primeiros, mas apenas no primeiro ano, foram assentadas 1.091 famílias. Os assentamentos do INCRA em toda Amazônia, até 1991, contavam com um número de **105.525 famílias**. Apenas em Rondônia, foram assentadas **56.702 famílias, ou seja a metade**. Atualmente as estatísticas do INCRA indicam que pouco mais de **100 mil famílias** foram assentadas em Rondônia.

Trabalhando sob tamanha pressão, não seria possível, buscar requintes, aprimoramento, como o levantamento topográfico, em curvas de nível, respeitando a distribuição dos divisores de águas, a distribuição dos igarapés. Era preciso assentar os migrantes com rapidez, e evitar a violência na disputa pela terra, daí o “**quadrado burro**”.

Uma outra contribuição do Capitão Sílvio foi a criação do “**tronco familiar**”. Como a grande maioria dos pretendentes à aquisição de terras, não tinham uma documentação boa, com o cumprimento das formalidades legais: do pagamento de emolumentos, cartas topográficas, cadeia sucessória, precisava-se fazer alguma coisa para aliviar as tensões. Assim nasceu o “**tronco familiar**”, que consistia em distribuir entre os pretendentes de uma família (pai, mãe, esposa, filho, filha, tios e tias, e outras figuras familiares) e glebas de até 2.000 hectares.

Os empresários a aquisição de terras em Rondônia, com pretensões de 150 mil, a 300 mil hectares, tiveram o tamanho de suas glebas diminuídos para 30 ou 50 mil hectares. Assim nasceram muitas empresas agropecuárias de

Rondônia, com documentos legalmente aprovados e concedidos pelo INCRA. É certo que a concepção “*tronco familiar*”, não surgiu apenas da cabeça de Capitão Sílvio, foi fruto do trabalho conjunto de advogados, destacando-se a figura do hoje Senador Amir Lando, que presidia a Comissão de Licitação de Terras Públicas, ajudado pelos advogados, Leônidas Nogueira da Silva, Amadeu Guilherme Machado, hoje no Tribunal de Contas do Estado, e, por Ney Leal. Participou também da concepção do “*tronco familiar*” o agrônomo Assis Canuto, hoje Vice-Prefeito de Ji-Paraná, e o agrônomo Reynaldo Galvão Modesto. Foi um trabalho de equipe, foi uma somação de esforços.

Um outro esforço da equipe do INCRA, da qual participou ativamente o Capitão Sílvio Gonçalves Farias, foi a criação da primeira Licitação de Terras Públicas, em 1972, das Glebas Corumbiara, lá pelos lados do “Cone Sul” e da Gleba Garças, nas proximidades de Porto Velho. A Licitação da Gleba “Burareiro”, em Ariquemes, foi feita em 1974, com a intenção incentivar o surgimento dos médios e grandes plantadores de cacau, em Rondônia. Os lotes seriam de 500 hectares de terras, com um compromisso contratual de plantar uma área de 125 hectares de cacauais.

O Capitão Sílvio Gonçalves Farias, foi casado com a Senhora Terezinha Silva Farias, tendo como filhos, a Sílvia, da equipe de comissariado da VARIG, tendo participado por muitos anos de vôos internacionais e ultimamente trabalhando na formação das novas equipes de aeromoças; o Evaldo, é advogado no Rio de Janeiro, e, o Sílvio, reside no Rio de Janeiro, em companhia de sua mãe, Da. Terezinha.

A intenção de um grupo de amigos e companheiros de trabalho do Capitão Sílvio Gonçalves Farias, de Rondônia, de Brasília, e, Belo Horizonte, é de nos próximos meses trabalharem fortemente na elaboração de uma monografia

sobre o Sílvio Gonçalves Farias. O resgate da figura humano do Capitão Sílvio Gonçalves Farias, é um ato de justiça; proposta de grande valia para a historia fundiária e econômica de Rondônia, por isso acolhi, de bom grado a proposta, de minha assessoria, para a chamada "***missão resgate***", com este discurso.

O Capitão Sílvio Gonçalves Farias, que lidou e definiu a legitimação de milhares e milhares de hectares de terras em Rondônia, sempre tratando com grupos poderosos e endinheirados, faleceu em outubro de 1980, pobre, sem deixar riquezas acumuladas para a sua família. Mas deixou um patrimônio moral inatacável: ***honestidade e dedicação à causa pública. Sem os seus esforços, o nosso Estado não seria a potência que é na produção agropecuária.***

MUITO OBRIGADO !

Deputado NILTON CAPIXABA

B7394D7143 \* 5  
B7394D7143